



**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.**

**Educação em Arquivos Municipais: o caso do Arquivo Municipal de Vitória**

**Fabíola Pereira Costa** – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**Guilherme Alves da Costa** – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**Resumo:**

Constituídos de fundos documentais remanescentes de evidências e manifestações culturais, os arquivos públicos municipais possuem um papel social relevante para o trabalho educacional voltado ao patrimônio cultural por razão de sua potencialidade de uso para a promoção de experiências com documentos, e a utilização dos mesmos, como fontes primárias de conhecimento individual e coletivo no âmbito municipal. A intenção de se diversificar os instrumentos de ensino é de aproximar o aprendizado por intermédio de elementos do cotidiano, fazendo com que o conhecimento se apresente como algo mais compreensivo. Diante disso, o escopo deste trabalho busca dialogar com o Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória. Além disso, circunscreve a importância dos acervos municipais à luz do processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Arquivos; Educação; Fonte didática.

## **INTRODUÇÃO**

Quando tratamos do ensino, discutimos inicialmente sobre metodologias tradicionais para se chegar ao conhecimento. Porém, o ensino contemporâneo tem se mostrado mais aberto a mudanças capazes de incorporar aos seus métodos instrumentos que auxiliem no enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o cada vez mais dinâmico.

A inserção de ferramentas diversificadas ao ensino tem por propósito aprimorar o aprendizado por intermédio de elementos do cotidiano do aluno, fazendo com que o conhecimento se apresente de maneira mais compreensível. Alguns desses novos elementos já são velhos conhecidos dos alunos, mas se apresentam de forma mais tímida quando inseridos em sala de aula, como jornais, revistas e o uso orientado dos computadores.

Os arquivos ainda não alcançaram a visibilidade e a importância que precisam ter, mas a partir de ações pedagógicas, ou até mesmo culturais, a sociedade consegue compreender a importância que o arquivo possui. Essas ações não precisam estar ligadas apenas ao desenvolvimento do arquivo. Diante disso, o ponto central reside em abrir discussões a respeito da instituição de arquivo no processo de ensino-aprendizagem no âmbito do Município de Vitória.

## **HISTÓRICO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA**

A Lei Municipal de n.º 4/1909, que fez a reorganização administrativa do Município de Vitória, já mencionava um setor para a guarda e a preservação de documentos. A partir daí, teve-se o início do Arquivo Público Municipal de Vitória, no período de governo Ceciliano Abel de Almeida.

Em 1941, já no período da administração de Américo Poli Monjardim, o Arquivo Público Municipal de Vitória foi regulamentado pelo decreto 967/41, dando início a um período de transformações no setor que seria o custodiador da memória municipal.

O Arquivo Público Municipal reúne em seu acervo vasta quantidade de documentos do município, tais como jornais dos séculos XIX e XX, ofícios, petições, requerimentos, documentos contábeis, além de fotografias, filmes e negativos de vídeo, dentre outros que foram acumulados durante a vida administrativa de Vitória.

No local também podem ser encontrados processos administrativos, documentos de pessoal como folha de ponto e frequência, documentos relativos a óbitos, informações de imóveis, mapas, plantas, projetos, leis, decretos, resoluções e autógrafos de lei.

O acervo é constituído de obras raras e tem cerca de 2.550 metros lineares de documentos, não incluindo aqueles que estão acondicionados em caixas de arquivo, como livros, mapas e plantas, entre outros.

A missão do Arquivo Público Municipal é coordenar e desenvolver a política e a gestão arquivística de documentos da prefeitura, agilizando o acesso às informações produzidas pela administração municipal, contribuindo para a eficiência administrativa. Além disso, destina-se a preservar a memória institucional para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa.

Entre as suas atividades, estão o atendimento ao cidadão e à Prefeitura, o apoio à gestão documental, a elaboração de instrumentos de pesquisa, a higienização e a conservação de documentos, a transcrição de manuscritos e a educação patrimonial e ambiental em arquivos. As consultas podem ser feitas no local com uso de luvas e máscaras, disponibilizadas pela instituição. O Arquivo Público é aberto ao público em geral.

## **OS ARQUIVOS E SUAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO COM A EDUCAÇÃO**

Definida como técnica de ensino ou arte de ensinar, a didática é a área da pedagogia que trata das metodologias de ensino. Os elementos que ela envolve são: o aluno, o professor, a disciplina e as estratégias metodológicas. Por se tratar de uma ferramenta presente no cotidiano do professor, a mesma encontra-se em frequente mudança, principalmente no que envolve suas estratégias metodológicas que variam de acordo com o conteúdo e com o contexto da aprendizagem propostos.

De acordo com Libâneo (1990, p.25-26):

A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. [...] trata-se da teoria geral do ensino (LIBÂNEO, 1990, p. 25-26).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “aprender é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido” (PCN, 1998, p. 94). E, por esse motivo, o ensino precisa mostrar-se flexível ao adotar novas formas de interação com o educando.

Quando falamos de ensino, devemos pensar que não há uma única forma de apresentá-lo e que a escola não é o único ambiente em que ele acontece. Para Brandão (2006, p. 9), “o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. Temos conhecimento de que outras instituições, além das escolas, acumulam experiências humanas e conhecimentos no decorrer dos tempos que podem contribuir na formação e desenvolvimento dos indivíduos como seres sociais. Porém, ter conhecimento apenas não basta, é preciso haver intervenção no processo de assimilação desses conteúdos, como também instituições que possibilitem aos indivíduos a formulação do aprendizado. Inicialmente, essa intervenção fica por conta da pedagogia, que cria meios para sua aplicação no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, mas que em conjunto favorece a aplicação nas mais diversas formas de assimilação de conteúdo interagindo assim com novas áreas do conhecimento.

A cooperação do Arquivo Público Municipal de Vitória com escolas de nível fundamental e médio pode ocasionar um ensino de grande valia. De acordo com Payne (apud Bellotto, 1991, p. 231),

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas.

Para que os objetivos educacionais sejam atingidos é preciso que os conteúdos deixem de ser estáticos, e que, em lugar de gerarem a aceitação passiva daquilo que é ensinado, passem a ser conteúdos que permitam a produção do conhecimento como algo dinâmico e em constante redescoberta. Se assim feito, o ensino passará a ser visto pelos alunos como algo atraente, satisfatório e prazeroso. Para Libâneo (2004, p. 157),

[...] a prosperidade das escolas não depende somente de sua tradição pedagógica, mas depende muito do esforço criativo das pessoas que hoje fazem parte da organização educativa para torná-la capaz de atender às exigências do contexto atual.

O processo de ensino-aprendizagem não depende exclusivamente do professor, por esse motivo torna-se crucial uma abordagem minuciosa a respeito da importância da inserção de novas ferramentas como contribuintes dentro desse processo. Os recursos didáticos servem para multiplicar a potencialidade de envolvimento dos discentes na construção do saber. O arquivo surge como um incentivador na compreensão dos conteúdos propostos pelo docente.

O processo de mediação do arquivo traz consigo o objeto de ensino sob diferentes possibilidades de compreensão. Assim, o professor e o profissional que vierem a atuar sobre tal mediação detêm o papel de selecionar e organizar as informações de modo que a mesma seja próxima à realidade do aluno, visando além da construção do saber, fomentando, assim, o incentivo para o exercício da cidadania, que é possível por intermédio do espaço e das informações que são disponibilizadas pelo arquivo.

Ao professor cabe a tarefa de desenvolver em seus alunos o desejo de produzir pensamentos independentes e a capacidade de reflexão própria ao dispor de novos métodos no processo de aprendizagem. No conjunto de estímulos para a construção desse desejo, qualifica-se o arquivo como um espaço alternativo para o desenvolvimento de aulas tanto expositivas quanto dinâmicas, oferecendo ao educando atividades que favoreçam sua aproximação ao conhecimento.

Essas atividades possuem mais sentido quando enquadradas à história regional devido à especificidade dos documentos dispostos nos Arquivos Públicos Municipais. No âmbito da história regional, o Arquivo Público Municipal se apresenta como um grande cooperador ao levarmos em conta os diversos documentos que possui sob sua guarda, nos quais grande parte da história do município é preservada desde sua fundação até sua cultura e o modo de vida da sociedade em que está inserido.

Assim, um documento redigido em homenagem ao “fundador” da cidade pode ser uma referência à história da própria, bem como pode relacionar-se ao legado da sua cultura regional. Portanto, por meio deste simples exemplo constatamos que essas visitas oportunizam a percepção, por parte dos usuários, de que o arquivo pode ser tomado como um espaço de educação e cultura, como também de lazer.

Ao apresentar o documento ao aluno, convém apresentar também o contexto no qual o mesmo foi produzido. Para isso, cabe ao profissional de arquivo enquadrá-lo ao conteúdo a ser ministrado pelo professor com base nos programas curriculares estipulados. A interpretação do documento se dará a partir de um roteiro elaborado e apresentado ao aluno para que o documento e seu contexto possam ser analisados. Segundo Bittencourt (2008, p. 332), esse roteiro pode ser dividido em três fases:

Sobre a existência do documento: o que vem a ser o documento? O que é capaz de dizer? Como podemos recuperar o sentido do seu dizer? Por que tal documento existe? Quem o fez, em que circunstâncias e para que finalidade foi feito?

Sobre o significado do documento como objeto: como e por quem foi produzido? Para que e para quem se fez essa produção? Qual é a relação do documento com o seu contexto histórico? Qual a finalidade e o que comanda a sua existência?

Sobre o significado do documento como sujeito: por quem fala tal documento? De que história particular participou? Que ação e pensamento estão contidos em seu significado? O que fez perdurar?

Ao seguir o roteiro e de posse das respostas, o aluno poderá expressar sua interpretação sobre o documento e relacioná-la ao conteúdo proposto pelo educador, produzindo assim o conhecimento.

## **O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Os documentos são antes de tudo a materialização de uma memória cultural, seja ela regional ou não. Os registros depositados em instituições de arquivos evocam o patrimônio cultural de um povo. Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística* (1986,p.5) os arquivos são “conjuntos de documentos que independentes de sua natureza ou suporte físico, são reunidos por acumulação natural por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades”.

Há uma dualidade entre a gestão administrativa e a função histórica nas instituições arquivísticas. De fato, é necessário pensar os arquivos em uma perspectiva da administração moderna, como tem sido feito por correntes de estudos da Arquivologia.

Todavia, os arquivos exclusivamente como um apêndice da administração moderna não corresponde a todas as suas funcionalidades.

Segundo Delmas (2010), os arquivos servem para provar, compreender, identificar-se e lembrar-se. No que se refere à função de provar, entende-se que os arquivos correspondem à provar direitos como uma utilidade jurídica e judiciária. Ao abordar o campo da compreensão dos arquivos, o autor considera que há uma utilidade científica de conhecimento, à medida que aponta que a funcionalidade de identificar-se corresponde pela transmissão da memória, ficando essa como uma utilidade social. Lembrar-se como uma utilidade de gestão, assim, entende-se que essa função se dá por meio e para além dos documentos. Assim, a memória composta nos arquivos possibilitaria a constituição da identidade.

Alberch Fugueras (2001) entende que os arquivos são depósitos de memórias, em sua função, os arquivos seriam um dispositivo que possibilitaria o incentivo, como também, a recuperação da memória coletiva. Sendo os documentos produtos do ser humano, é notório que a utilização da memória venha a contribuir para o fortalecimento da identidade regional, quando falamos de arquivos públicos municipais.

Os arquivos públicos municipais podem ser mediadores na formação e na construção do conhecimento, bem como da memória por meio do patrimônio documental sob sua custódia. Assim, deve-se ter em mente que o arquivo constitui-se de uma memória da sociedade que deve ser amplamente compartilhada e que, desse modo, a possibilidade de aproximação de fontes de conhecimento desenvolve uma nova postura do público envolvido, tanto em relação ao acervo e sua importância quanto em relação ao conhecimento adquirido a partir do mesmo.

Bellotto (2014) compreende que os arquivos possuem um sentido de serem instrumentos, de serem ferramentas. “Os arquivos permanentes públicos são centros armazenadores do patrimônio documental, da *archivalia*<sup>1</sup>, que é parte do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, de uma cidade, estado ou país” (BELLOTTO, 2014, p.8). Assim, o Arquivo Público Municipal de Vitória – composto por fundos remanescentes de uma cultura material – pode ser utilizado como uma ferramenta que venha servir à cidadania, integrando o contexto social da instituição. No entanto, a elaboração e implantação de uma política pública e de leis de arquivo em âmbito municipal

---

<sup>1</sup> *Archivalia* é um termo designado ao se fazer referência ao patrimônio documental arquivístico de um município, estado ou país.

ainda requerem atenção das autoridades para que haja incentivo e condições concretas para o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas nestas instituições.

Cabe aqui retomar as considerações de Garbinatto (2000, p. 45): “O patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social”. Ao passo que o conceito de patrimônio documental está diretamente ligado aos documentos que já cumpriram suas funções precípuas, ou seja, aqueles que já passaram pelo seu ciclo corrente e foram avaliados para guarda permanente devido a sua densidade informacional, servindo, assim, como testemunho para gerações futuras.

Nesse sentido, é importante compreender a utilização da informação registrada que melhor atenda às demandas para a execução das práticas educativas no Arquivo Municipal de Vitória, de modo que os alunos se tornem sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento, e não meros objetos.

Documentos de arquivo despertam emoções e certas condições são intrínsecas a esses documentos e outras, extrínsecas. A emoção é uma parte dormente, esperando por um olhar, uma apresentação: são as circunstâncias que permitem ao arquivo tomar forma e manifesto. Os arquivos e os documentos podem estabelecer laços emocionais e intelectuais com as pessoas e os acontecimentos de épocas anteriores, por terem a capacidade de evocar, fazer lembrar as coisas esquecidas, neste sentido, o patrimônio documental local contribuiria para o fortalecimento dos laços de identidades regionais. Cumpre frisar que inclusive a dimensão material dos arquivos e os vestígios da passagem do tempo são suscetíveis de suportar uma experiência emocional.

A partir da compreensão de que os documentos de arquivos são ricos, muito pode ser feito para fomentar e viabilizar o seu acesso ao público. As instituições arquivísticas, com toda sua pluralidade, possuem um vasto acervo, que, se tratado de forma correta, certamente atrairá a sociedade, pesquisadores e outros para conhecer um pouco da sua história. A inexistência de um respaldo político/legal por meio de políticas públicas de difusão educativa em arquivos no âmbito do Município de Vitória se coloca até então como um conjunto de fatores que devem ser analisados em seus contextos, e não apenas isoladamente. José Maria Jardim considera que:

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas



governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003, p. 39).

A estreita relação entre arquivos, educação e cultura ainda é pouco explorada em uma perspectiva teórica e prática da Arquivologia brasileira, porém é consolidada na legislação arquivística, pois se relaciona frequentemente à temática da preservação do patrimônio documental.

De acordo com Jardim (2008), as leis que versem especificamente sobre o arquivo e sua atuação cultural podem contribuir significativamente para área, mas para que isso aconteça, suas diretrizes precisam ser reconhecidas e executadas pelos arquivistas. Desse modo, o Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória, ao se conceber como um órgão intermediador para a aplicabilidade da política pública arquivística ligada à educação e cultura, tem que se colocar de forma prudente ao se deparar com casos em que haja a necessidade de se fazer uma autocrítica das legislações e práticas vigentes na instituição, no intuito de que as mesmas não se tornem obsoletas. Convém circunscrever que é consensual a eclosão internacional de profissionais que vislumbram a natureza didático-pedagógica dos arquivos, como destaca Aldabalde (2011, p. 2-3):

O arquivo é local para a aprendizagem da cidadania tendo em vista seu interesse público como lugar de desfrute didático-pedagógico do Patrimônio Arquivístico e do direito humano à memória e a verdade. No século XX, a educação nos arquivos ganhou vulto após a Segunda Grande Guerra Mundial quando teóricos como Tate, Pernoud, Bautier e Duchein produziram bases e diretrizes para adoção dos arquivos enquanto materiais didáticos, bem como para implantação de serviços educativos nas instituições arquivísticas.

No que diz respeito às políticas municipais direcionadas ao patrimônio cultural e à cidadania, subentende-se que as atividades dos serviços de difusão cultural e de ação educativa nos arquivos sejam um recurso viável, pois a mesma configura-se como um modo de divulgar o patrimônio documental em uma perspectiva voltada ao munícipe tornando-o um sujeito partícipe em seu contexto social local, fazendo assim com que o cidadão compreenda que ali estão depositadas suas heranças identitárias.

É relevante sublinhar que, se as instituições de arquivo assumirem sua postura no âmbito administrativo, assegurando o seu papel no contexto social, divulgando o seu patrimônio documental arquivístico junto ao cidadão, de fato estarão cumprindo as suas funções primordiais em uma perspectiva democrática. Se o Arquivo Municipal de Vitória incorporar-se a programas de cooperação com escolas, no intuito de expor e aprofundar o ensino da história e da cultura regional, estará contribuindo para formar um cidadão capaz de compreender a realidade social e cultural na qual está inserido. Nesse sentido, as práticas educativas nos arquivos públicos municipais se tornariam um poderoso recurso, uma vez que são esses arquivos os mais próximos do cotidiano dos cidadãos.

No que concerne aos profissionais de arquivo e às práticas educativas, convém esboçar algumas considerações: o profissional deve participar de todo o processo. Isso consiste em interesses intrinsecamente relacionados às práticas educativas, no intuito de que esse conhecimento seja mediado de forma inteligível. Uma das finalidades fundamentais do arquivo é a disseminação da memória. Sendo assim, o interlocutor dessas informações seria o arquivista, ao preservar os documentos, dar-lhes voz e transmitir tais informações. O profissional de arquivo seria quem busca um posicionamento estratégico sob o horizonte do contexto informativo, seria o responsável por pensar ações prospectivas para o tratamento da informação cultural no âmbito da instituição, para que assim o conhecimento não se restrinja à prática pedagógica escolar, permeando também a sociedade de um modo geral e tornando os alunos sujeitos ativos no processo de disseminação do conhecimento adquirido/construído. Desse modo, repensaria a organização com um viés educativo, junto ao professor facilitador do processo. Por meio de um programa pré-estabelecido e planejado com base nos planos curriculares, os professores seriam capazes de promover aulas fora das escolas, proporcionando o enriquecimento do aprendizado com o contato de diversos tipos de linguagens dispostas nos documentos de arquivo.

Esse trabalho promove a aproximação dos estudantes com a instituição e a prática arquivística, ao mostrar um lugar de descobertas, de busca de novos conhecimentos, melhorando a compreensão sobre a importância daquele espaço no contexto histórico-cultural da cidade, do país (CABRAL, 2012, p.38).

O Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória dispõe de inúmeras fontes de linguagens que, se aliadas ao processo pedagógico com as escolas da região, poderão contribuir com o processo de ensino/aprendizagem de matérias como história, português,

ciências e geografia, ao desfrutar de um contingente de documentos que compõem seus fundos de arquivo. Para além das questões educacionais citadas, as instituições arquivísticas são capazes de exercer fascínio sobre o público de um modo geral, pois o arquivo instrui, diverte e é culturalmente testemunhal. É uma entidade social culturalmente construída e recriada pela sociedade na qual está inserida. Neste sentido, os arquivos são capazes de colaborar para ações interativas.

Com base nos estudos preliminares que envolvem as instituições arquivísticas e seu caráter social, infere-se que o arquivo é capaz de assumir um papel além do já estabelecido. Desse modo, dentro de suas funções administrativas, é possível que o arquivo contribua para a formação social. Para que o Arquivo Público Municipal de Vitória alcance um considerável nível de visibilidade voltada à educação, faz-se necessária a criação de um departamento em seu eixo organizacional, de modo que este ficaria responsável por contatar-se com o público externo, bem como promover eventos de *marketing* das atividades desenvolvidas.

Por fim, este trabalho teve por intuito abrir espaço para discussões que norteiam as instituições arquivísticas e suas possíveis interações com educação, cultura e sociedade. Podemos analisar as práticas educativas por dois vieses. Primeiro, ao participarem de tal processo esses usuários – até então incursos dentro de uma política arquivística educacional – provavelmente voltarão ao arquivo em algum momento, ainda que esse não esteja dentro de um projeto pedagógico. Segundo, a partir dessa participação – ainda que involuntariamente – o aluno contribuirá para o processo de *marketing* da instituição de arquivo. Logo, tornar-se-á um sujeito ativo no processo de disseminação da informação e do conhecimento no âmbito do arquivo.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon *et alii*. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón, Editorial TREA, 2001.

ALDABALDE, Taiguara Villela. *Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar*. In: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ. Rio de Janeiro, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *O sentido dos arquivos*. In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 de abril de 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Rosimere Mendes. *Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/download/539/437>>. Acesso em: 29 mai. de 2015.

DELMAS, B. *Arquivos para quê?* São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

*DICIONÁRIO de terminologia arquivística*. Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

GARBINATTO, Valeska. *Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania*. *Ciência & Letras*, Porto Alegre, 27:37-47, jan. jun, 2000.

JARDIM, José Maria. *O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas*. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45

JARDIM, José Maria. *Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB (ENANCIB), 9, São Paulo, 2008. Anais eletrônico... João Pessoa, UFPB, [2011].

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da Escola*. 5ª ed. Goiânia. Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo, Cortez, 1990.

*PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS*: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 200.

PMV - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Arquivo Público guarda parte importante da história de Vitória*. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/arquivo-publico-guarda-parte-da-historia-do-municipio>>. Acesso em: 29 mai. de 2

ROBYNS, Marcus C. The Archivist as Educator: Integrating Critical Thinking Skills into Historical Research Methods Instruction. In: *The American Archivist* Vol 64, fall-winter